

Onde o governo passa a tesoura

Brasília - Jamil Bittar

ANGÉLICA WIEDERHECKER

BRASÍLIA - O governo anunciou ontem um corte de R\$ 2,2 bilhões no Orçamento de 1998 e de R\$ 5,7 bilhões nos gastos das estatais, como parte do pacote para acelerar o ajuste fiscal do setor público. A tesoura do Executivo pesou mais sobre os gastos com o funcionamento da máquina pública em 98. O governo quer reduzir - a medida ainda depende de aprovação do Congresso - os gastos com custeio em R\$ 1,7 bilhão, o que representa 15% do previsto inicialmente.

Foi anunciada também a redução linear de 50% em todos os incentivos fiscais setoriais e regionais, como os fundos constitucionais do Norte (Finor), da Amazônia (Finam) e do Espírito Santo (Funres), além da redução ainda não definida dos incentivos à informática. A economia com os incentivos é estimada em R\$ 550 milhões em 1998. Nem mesmo os investimentos ficaram de fora do pacote. O corte, nesse caso, será de 6% ou R\$ 500 milhões.

Embora o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, tenha afirmado que as áreas de Saúde, Educação, Reforma Agrária e Assistência Social, consideradas prioritárias pelo governo, foram poupadadas do corte de custeio, nem mesmo a dotação destinada à concessão de bolsas de ensino e pesquisa pelo governo ficou intacta. A previsão de gastos com bolsas passou de R\$ 800 milhões para R\$ 700 milhões, uma redução de 12,5%. Até o Programa Brasil em Ação deverá ser atingido pelos cortes, segundo o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares.

De acordo com o secretário, o governo ainda não sabe quais serão os setores mais atingidos pelo regime imposto pelo pacote. Ele lembrou que o Orçamento ainda está sendo analisado pelo Congresso, que poderá alterá-lo. "Só poderemos tomar decisões depois de ver como ficará a proposta", considerou. O Orçamento enviado pelo Executivo ao Congresso estimava a despesa de custeio em R\$ 31 bilhões e a programação de investimentos era de R\$ 8,2 bilhões. Outras medidas que serão tomadas para melhorar o quadro fiscal do setor público incluem a suspensão do exame de novos projetos pela Comissão de Financamentos Externos (Cofix) e a reavaliação dos empréstimos ainda não contratados, inibindo o endividamento externo do setor público.

O governo ainda vai usar os superávits alcançados por fundos de autarquias e funda-



Malan, Parente e Kandir: o pacote vai cortar gastos de empresas estatais, custeos de instituições e até verbas de bolsas de pesquisa

ções para abater dívida pública. O mesmo fim será destinado ao aumento dado aos repasses de dividendos de bancos oficiais à União, que vai incidir sobre os resultados de 1996 a 1998. Atualmente, apenas 25% do lucro líquido dos três bancos oficiais federais (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES) são distribuídos sob forma de dividendos, percentual que foi elevado para 100%.

O arrocho imposto pelo governo aos gastos públicos também implicará num corte de R\$ 3 bilhões nas despesas e investimentos das empresas estatais. A determinação expressa ontem pelos ministros da área econômica é de que os gastos de custeio das empresas sejam reduzidos em pelo menos 5%

no ano que vem, o que corresponderá a uma economia de no mínimo R\$ 900 milhões. Pelo lado da receita, as empresas reajustarão suas tarifas, com o objetivo de engordar sua arrecadação em R\$ 1,8 bilhão. O ganho global previsto pelo governo com o conjunto de nove medidas para o setor soma R\$ 5,7 bilhões. A redução de gastos poderá incluir demissão de funcionários, mas segundo Martus Tavares cada empresa terá liberdade de escolher onde cortar.

Os investimentos das estatais sofrerão redução de R\$ 2,1 bilhões em 1998, sendo que a maior parte da cifra - cerca de R\$ 1 bilhão - diz respeito ao orçamento de investimentos da Telebrás. A programação da Petrobrás será cortada em cerca de R\$ 900

milhões e a dos Correios e de portos será diminuída em aproximadamente R\$ 200 milhões, conjuntamente. Os investimentos da Eletrobrás foram poupadados, segundo Martus Tavares, por causa dos recentes riscos impostos ao fornecimento de energia pela queda de torres do sistema.

"Com a redução da programação de investimentos públicos, estamos abrindo espaço para a entrada de investimentos privados nos diversos setores", argumentou o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, ao lembrar que este era um dos princípios da quebra dos monopólios. O BNDES, inclusive deverá fomentar parcerias entre as empresas estatais e empresas internacionais.